

*Rejeitado
A. Q. L.
13/07/2017*

[Handwritten signatures and initials]

Voto de Protesto

A contaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira, uma herança pesada deixada pelas forças militares dos Estados Unidos da América instaladas na Base das Lajes, é de conhecimento público desde 2008. No entanto, a sua existência é anterior à referida data, sem que até à mesma, os potenciais riscos para a ilha Terceira e sua população fosse questionada.

Neste contexto, em abril de 2016, o Governo da República assumiu finalmente, numa declaração conjunta com o Governo Regional dos Açores, a responsabilidade de lidar com o passivo ambiental resultante da presença militar norte-americana na Base das Lajes.

Infelizmente, um ano e 2 meses após este acontecimento, a atuação da República direcionada a esta matéria tem sido escassa e insuficiente para que finalmente se pudesse avançar de forma eficaz na descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória.

Aliás, as declarações de vários membros do Governo da República, são a prova de que o processo está à deriva, e sem consenso, denotando-se assim uma absoluta falta de interesse e estratégia, culminando até ao momento e que tenhamos conhecimento, com uma incapacidade total de negociação com os EUA.

Em fevereiro de 2017, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Santos Silva, afirmou que as verbas para o processo de descontaminação que constam do famoso Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira **"valem zero"**.

Em março de 2017, o Ministro da Defesa, Azeredo Lopes, disse desconhecer os resultados das análises que confirmaram a contaminação de solos e aquíferos. Na

passada semana, o mesmo ministro volta a ser protagonista, proferindo declarações mais uma vez infelizes, e que tentavam ridicularizar, e diluir a importância nacional das questões da Base das Lajes e dos Açores. Não obstante, conseguiu ainda adjetivar um jornal Terceirense de "coisa".

Em abril de 2017, o Ministro do Ambiente, Matos Fernandes, iliba o Governo da República de responsabilidades neste processo e remete as para o Governo Regional dos Açores.

Estas declarações são inaceitáveis e merecem da nossa parte um voto de protesto, uma vez que provêm de membros do Governo que deveriam ser uma "voz ativa" e unânime para a resolução do problema, denotando também uma desarticulação e desconhecimento profundo sobre a forma que toda esta matéria deveria estar a ser abordada pelo Governo da República do partido Socialista, constituindo assim uma verdadeira afronta à nossa autonomia.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata, propõe que Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove e emita um voto de protesto face às declarações inqualificáveis dos respetivos membros do Governo da República proferidas no âmbito do processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017.

Os Deputados Regionais

António Fernandes
António
Alfonso
António
António

Cristina

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada <u>2422</u>	Proc. n.º <u>27.12</u>
Data: <u>07/07/13</u>	N.º <u>2/81</u>